



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DA PLATAFORMA COLABORATIVA GEOPORTAL MUNICIPAL" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA "ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, S.A", DE LISBOA [PF 305/2017] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **9 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de 10 de julho de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Sandra Luzia Monteiro Novais Neves, casada, portadora do cartão de cidadão nº 08875235 6 ZZ5, válido até 13-06-2021, residente na Travessa da Aldeia Nova, nº 119, Jovim, Gondomar, que outorga na qualidade de **Procuradora**, em representação da sociedade comercial anónima, que usa a firma **"ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, S.A"**, com sede na Rua Julieta Ferrão, nº 10-10º A, Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho, sob a matrícula correspondente ao número de identificação de pessoa colectiva **501941231**, com o capital social de € 400.000,00, como segunda outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal, datada de **10 de julho de 2017**,

adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, a **"AQUISIÇÃO DA PLATAFORMA COLABORATIVA GEOPORTAL MUNICIPAL"**, nos termos da proposta apresentada pela adjudicatária. -----

Pela referida Deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € **25.790,00 (Vinte e cinco mil setecentos e noventa euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor, correspondendo € 21.000,00, mais IVA à Plataforma Colaborativa Geoportal Municipal, e € 4.790,00 mais IVA aos serviços de implementação. -----

Terceira: O prazo de fornecimento da Plataforma Colaborativa Geoportal Municipal e dos serviços de implementação adjudicados é de **15 dias, a contar da data da assinatura do presente contrato.** -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pelas rubricas orçamentais seguintes: -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 20** – Outros trabalhos especializados; **Alínea 99** – Outros. – **Imputação € 5.891,70;** -----

- Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 08** – Software informático. -----

- Classificação funcional – **1110402** – **Imputação € 25.830,00.** -----

Sexta: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º nº 1, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Sétima: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

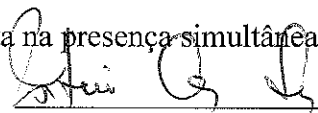
Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----


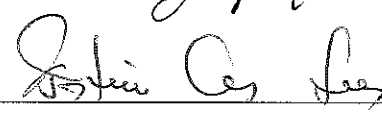
Nona: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima: A segunda outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar o fornecimento objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pela segunda outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **22-05-2017**, e válida por **quatro** meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-10, em **22-05-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 4005-8083-1545, subscrita em **26-11-2013** e válida até 26-11-2020, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) Procuração conferida em **26-01-2016** à segunda outorgante, com poderes necessários para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que na sociedade não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Sandra Inês Monteiro Chaves


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **95/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **40/2017**